

Combinando heterogeneidades em espaços globais de mobilização. Os casos do Fórum Social Mundial e GlobalSquare

Geraldo Adriano Godoy de Campos, Carminda Mac Lorin e Raphaël Canet



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/598>

ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 10 junho 2014

Paginação: 233-265

ISSN: 0104-7183

Referência eletrónica

Geraldo Adriano Godoy de Campos, Carminda Mac Lorin e Raphaël Canet, « Combinando heterogeneidades em espaços globais de mobilização. Os casos do Fórum Social Mundial e GlobalSquare », *Horizontes Antropológicos* [Online], 41 | 2014, posto online no dia 15 dezembro 2014, consultado o 07 julho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/598>

© PPGAS

COMBINANDO HETEROGENEIDADES EM ESPAÇOS GLOBAIS DE MOBILIZAÇÃO. OS CASOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E GLOBALSQUARE

Geraldo Adriano Godoy de Campos

Escola Superior de Propaganda e Marketing – Brasil

*Carmina Mac Lorin**

Université de Montréal – Canadá

Raphaël Canet

Université d’Ottawa – Canadá

Resumo: *O presente artigo propõe desenhar uma antropologia da espacialidade com um olhar crítico para compreender a emergência de diferentes espaços globais de mobilização que se inscrevem em uma perspectiva altermundialista. Para tanto, realiza-se inicialmente, um retrato do contexto histórico que permitiu o surgimento desses espaços. Em seguida, são apresentadas e analisadas comparativamente as lógicas inerentes a cada um dos dois casos selecionados, que aparentam ser particularmente representativos na trajetória dos espaços globais de mobilização (o Fórum Social Mundial e o GlobalSquare). No final, busca-se trabalhar com a hipótese de uma “epistemologia do paradoxo”, que seja capaz de reconhecer as contradições básicas próprias aos processos estudados e que contribua para a compreensão dos processos de mobilização, ampliando seu alcance e sua força.*

Palavras-chave: *espaços de mobilização, Fórum Social Mundial, GlobalSquare, política global.*

* Doutoranda em Ciências Humanas Aplicadas.

Abstract: *This paper seeks to propose an anthropology of spatiality to understand the emergence of different global mobilization spaces that appear into an alterglobalist perspective. First, we share a portrait of the historical context that allowed the emergence of these spaces. Then, we present, analyze and compare the inherent logic in each one of the two selected cases, which appear to be particularly representative in the trajectory of global spaces of mobilization (the World Social Forum and the GlobalSquare). In the end, we seek to work with the hypothesis of an ‘epistemology of paradox’, that would be able to recognize the basic contradictions, specific to the studied processes and contribute to understanding the processes of mobilization, expanding its reach and strength.*

Keywords: *global politics, GlobalSquare, spaces of mobilization, World Social Forum.*

Introdução

O atual ciclo de proliferação global das lutas de resistência e de indignação convoca a uma reflexão acerca das dinâmicas políticas em curso. Os processos de mobilização política são facilmente contextualizados perante questões particulares de cada país, ao mesmo tempo em que demonstram vários elementos comuns, do ponto de vista das agendas, das práticas políticas e da conformação dos atores envolvidos. Isso permite pensar em um processo mais amplo de resistências e de busca por alternativas.

Quais os espaços que esses atores encontram atualmente para trocarem experiências, gerarem articulações e ações políticas conjuntas?

O presente artigo¹ tem como objetivo a análise transversal de dois espaços globais de mobilização política, que não somente refletem as dinâmicas e disputas que ultrapassam as fronteiras nacionais, mas também ajudam a construir a própria noção de “global” como campo de ação política: Fórum Social Mundial (FSM) e GlobalSquare (GS).

A dimensão privilegiada para análise é a capacidade de cada espaço potencializar a heterogeneidade dos atores como elemento cognitivo para a elaboração de ações políticas comuns.

¹ Este texto foi escrito em um programa *online*, por três pesquisadores em dois países diferentes: Brasil e Canadá. Agradecemos o apoio de Matthias Braun e Charles-Antoine Guillemette para escrever o artigo.

O recorte pretende estabelecer um paralelo entre processos que coexistiram durante a última edição do Fórum Social Mundial em Túnis (2013), ainda que o interstício entre os contextos de surgimento das duas iniciativas pareça abrir a possibilidade de um diálogo entre diferentes momentos e configurações da ação política no âmbito da sociedade civil mundial (presente no FSM), com novas redes de ativistas oriundas de mobilizações recentes (como Occupy, 15M, Via22, “primaveras árabes”, YoSoy132, movimentos estudantis, entre outros).²

Convém a ressalva metodológica de que o viés comparativo não ignora que os dois casos possuem dimensões, dinâmicas internas e longevidade muito distintas. Sendo assim, os casos escolhidos funcionam como unidades de análise que expressam transformações significativas, dado que ambos possuem em comum o fato de surgirem em conjunturas de ascensão das lutas sociais no plano global.

A perspectiva metodológica que alimenta este artigo assume intencionalmente uma proximidade com a complexidade do objeto discutido. Tal opção cria exigências do ponto de vista da utilização de uma multiplicidade de estratégias e técnicas de pesquisa, além da aceitação da interdisciplinaridade como ponto de partida.³ Do ponto de vista metodológico, o artigo parte de uma pesquisa qualitativa, com elementos etnográficos, na qual foram utilizadas diferentes técnicas, como acompanhamento das reuniões, organização de atividades nos espaços analisados, sistematização de informações em diários pessoais, além de análise documental (de atas e relatórios) e revisão de literatura pertinente ao tema.

Para a análise do GlobalSquare (que, ao contrário do FSM, não possui bibliografia a respeito), os autores recorreram a documentos (como as atas das reuniões virtuais,⁴ que são elaboradas em editores de texto colaborativos, nos

² A noção de “sociedade civil”, geralmente associada às organizações não governamentais sem fins lucrativos, encontra-se assim alargada por essas novas iniciativas que se posicionam explicitamente como não institucionais, como afirmou Cleaver (1999).

³ Destaca-se ainda que o próprio processo de produção do artigo, realizado entre três autores, oriundos de diferentes contextos (inclusive linguísticos) e que não negam a simultaneidade de seu papel como pesquisadores e ativistas nesses processos, já reflete alguns dos desafios colocados para a pesquisa-ação na atualidade.

⁴ Interessante notar que esta possibilidade de novas formas de elaboração colaborativa de atas não estava colocada há algum tempo e insinua novas possibilidades para análise documental desses espaços de mobilização.

quais várias pessoas podem simultaneamente fazer anotações) e as observações recolhidas na fase de preparação e durante a realização das assembleias no FSM 2013 em Túnis.

Percurso histórico das mobilizações contra a mundialização neoliberal

A irrupção do atual ciclo de lutas convida a repensar teorias de ação coletiva (Agrikoliansky; Fillieule; Mayer, 2005; Benski et al., 2013; Gohn, 2012; Sommier, 2003). Esta não é, no entanto, a pretensão deste artigo. O que se pretende é contribuir para a compreensão de duas formas específicas de mobilização global, nas quais a noção de “espaço” adquire importância para a configuração da ação política.

Para tanto, é conveniente retornar à história recente de lutas, a fim de melhor compreender as diferentes mutações e as trajetórias das formas de mobilização em relação ao uso político do espaço com horizonte de mudança social.

As tentativas de explicação das novas formas de mobilização política convocam, atualmente, a largos debates teóricos, o que não constitui nenhuma novidade. As ciências sociais evoluíram em função, de um lado, das transformações macrosociais, mas também das formas históricas dominantes de organização da ação coletiva (Sawicki; Siméant, 2009). Já nos anos 1960 e 1970, as teses do pós-materialismo e da nova cultura política pavimentaram o caminho ao reconhecimento dos novos movimentos sociais que se distinguiam das formas clássicas do movimento operário (Clark; Hoffmann-Martinot, 2003; Inglehart, 1993; Ion, 2001; Touraine, 1969).

Atualmente, o declínio das formas tradicionais de participação política e de militância (Croisat; Labbé, 1992; Fillieule, 2005; Ion, 1997; Putnam, 2000; Thomson, 2005) parece continuar, enquanto se observa, mais uma vez, a emergência de novas mobilizações e de posturas de engajamento social mais pragmáticas, individualizadas e com temporalidades próprias (Gaubert; Lechien; Tissot, 2006; Hilton; McKay, 2011; Jossin, 2013; Langman, 2013). Essas mobilizações emergentes se articulam na esfera transnacional (Bandy; Smith, 2005), funcionam em rede (Castells, 2012; Diani; McAdam, 2003) e tendem a promover o horizontalismo (Sitrin, 2006).

Nessa perspectiva, propõe-se uma classificação cronológica de quatro ondas de mobilização social e política. Vale notar que essas referências temporais pretendem somente facilitar a visualização das mutações contemporâneas

da ação social contestatória. Cada uma dessas ondas não se limita estritamente ao período histórico identificado, podendo existir antes e continuar após as datas sugeridas. Os períodos propostos indicam somente que, naquele momento preciso, o tipo de mobilização apresentado é preponderante em relação às outras formas de ação voltadas à transformação social (o que não significa que essas outras formas estejam ausentes). É por essa razão que foi dada preferência à noção de “ondas”, ao invés de “fases”. Sem ter começo nem fim, as ondas possuem momentos de forte intensidade e podem reforçar-se, umas às outras.

Primeira onda: as lutas locais setoriais e defensivas (1977-1994)

É possível encontrar os primeiros sinais da refutação social ao neoliberalismo nos países que foram os primeiros impactados pelas reformas promovidas por esse modelo e que não tinham redes de proteção social para atenuar temporariamente as drásticas consequências sobre suas populações. Isso ocorre essencialmente nos países do Sul,⁵ que foram submetidos no final dos anos 1970 aos programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI), impostos como condicionalidades para novos empréstimos que seriam utilizados para lidar com a crise da dívida pública.

Esses primeiros protestos eclodiram por todo o sul global; na África, na Ásia, na América Latina. Expressaram-se por meio de ações localizadas, contextualizadas, com demandas muito específicas, direcionadas às áreas ameaçadas diretamente pelas reformas econômicas impostas a cada país. Eram populações preocupadas em defender um modelo no qual o Estado lhes pudesse garantir as necessidades básicas. Foi justamente esse afastamento do

⁵ A distinção Norte-Sul destaca uma dicotomia amplamente aceita (principalmente por instituições como o Banco Mundial) entre os diferentes países do mundo: o norte global é um termo que se refere aos países ricos e industrializados, localizados majoritariamente no hemisfério norte, ao passo que o sul global é um termo usado atualmente em substituição ao conceito de “Terceiro Mundo”, para designar os países em desenvolvimento localizados principalmente no hemisfério sul (Kegley, 2009, p. 127). Ainda que seja evidente a permanência de um profundo desequilíbrio econômico entre os países, cada vez mais os autores concordam em afirmar que na época da mundialização, as fronteiras entre Sul e Norte tendem a se embaralhar e que a distinção vai se tornando mais difícil de ser apreendida a partir dessas categorias de análise (pode-se pensar em ilhas de extrema riqueza nos países do Sul coexistindo com nichos de miséria e subdesenvolvimento nos países do norte global). Portanto, a utilização dessas expressões no presente texto é feita com ciência dos problemas teóricos a serem enfrentados.

Estado em relação às questões sociais, ou pior, seu alinhamento com as políticas ditadas pelas instituições econômicas internacionais, somado ao seu poder de coerção contra sua própria população, que provocou as mobilizações. Esses primeiros levantes apresentaram formatos clássicos de mobilizações. Eram greves, manifestações, confrontos no espaço público com as forças da ordem, reivindicações diretas endereçadas ao Estado, em estruturas políticas marcadas por um horizonte de mudança social interna. O cenário se reproduziu nas Filipinas, na Bolívia, na Zâmbia, no Quênia, no Senegal, na Costa do Marfim, no Haiti, entre outros.

Segunda onda: os movimentos globais de oposição (1994-2001)

O conjunto das mobilizações da primeira onda permaneceu fragmentado, isolado e pouco documentado porque ficou preso em um nacionalismo metodológico denunciado por Ulrich Beck (2003). Se as causas das mobilizações eram exógenas (os programas de ajuste impostos pelo FMI), as formas de ação seguiam sendo as tradicionais, sobretudo em um espaço de ação política que era, sobretudo, nacional ou local. A ligação entre as diferentes lutas nacionais não estava claramente estabelecida e a mundialização, assim como o neoliberalismo, eram conceitos vagos.

Em 1º de janeiro de 1994, a insurreição zapatista no México mudou as coisas. Os povos autóctones do sudeste mexicano pegaram em armas para denunciar o livre-comércio e a “barbárie tecnomercadológica” que colocava suas comunidades em perigo (EZLN, 1996). Um pensamento crítico sintético foi sendo elaborado e o desejo de se organizar superando fronteiras nacionais foi ganhando forma. Um espaço cognitivo global estava sendo construído, também pelo encontro de intelectuais engajados com ativistas dos movimentos sociais, facilitando a emergência de um imaginário comum sobre as consequências sociais do modelo econômico em curso e a articulação das ações de resistência, oriundas dos encontros internacionais altermundialistas, que perfuravam os limites do Estado-nação. (Baschet, 2002).

Ainda que 1994 seja tomado como ano de início dessa onda, o evento que teve papel determinante na criação do Fórum Social Mundial, constituindo-se como um verdadeiro choque para as elites políticas e financeiras que até então não estavam prestando tanta atenção nessas mobilizações, foi a chamada “Batalha de Seattle” (Barlow; Clarke, 2002). Foram grandes manifestações

que cercaram a Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) no estado de Washington, nos Estados Unidos, em novembro de 1999. Seattle foi um laboratório de experimentação de novas práticas de ação coletiva (grande uso da rua, *performances* teatrais, estratégias midiáticas, guerra de imagens, articulações internas e externas). Esse lento trabalho de informação e conscientização colheu frutos que acarretaram o bloqueio às negociações da Rodada de Doha na sequência das conferências da OMC em Cancun (2003) e Hong Kong (2005) (Audet; Canet; Duchastel, 2006; Canet; Audet, 2005).

A maior de todas essas manifestações foi contra o G8 em Gênova (Itália), em julho de 2001. Mais de 300 mil pessoas tomaram parte nas diferentes ações realizadas para denunciar as fraturas políticas e econômicas globais, evidenciadas naquela reunião. Gênova fecha, portanto, um ciclo de mobilizações de massa pela construção de um mundo diferente. Essas vastas mobilizações permitiram uma certa inflexão da mundialização. A partir de então, não seria mais possível negociar acordos comerciais e financeiros em segredo, nem impor acordos de livre comércio sem debate público.

Terceira onda: o espaço mundial proposicional (2001-2011)

A fim de sair dessa lógica de confronto que transformou os espaços públicos das cidades onde ocorriam esses encontros em grandes campos de batalha, as organizações da sociedade civil mundial decidiram inovar. Inventado no Sul, em berço brasileiro, o Fórum Social Mundial (FSM) emergiu como uma nova forma de mobilização sociopolítica (Cassen, 2003; Leite, 2005; Whitaker, 2006), que passou gradualmente de uma postura reativa a uma propositiva (Vivas, 2008), da antimundialização contestatória para a altermundialização criativa. Isso significou uma mudança no modo de ação. Não se tratava mais de tomar o espaço público em datas e lugares estabelecidos pela agenda dos encontros das cúpulas (FMI, OMC, G8, Fórum Econômico Mundial de Davos) para expressar discordâncias e bloquear as negociações em curso. O objetivo passou a ser a criação de um espaço de diálogo e de intercâmbio em um ambiente menos hostil, sem forças da ordem e perímetros de segurança, que permitiriam às organizações e indivíduos se reunirem para elaborar juntos proposições alternativas para uma outra mundialização (Beaudet; Canet; Massicotte, 2010). Nessa perspectiva, o FSM contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento político do *espaço cognitivo global*. Ao indicar

o *slogan* “Um outro mundo é possível!”, o FSM tinha como horizonte a ruptura com o pensamento único (George, 1996) que legitimava a visão neoliberal, hegemônica, da mundialização.

Quarta onda: as lutas experienciais de indignação (2011-?)

O ano de 2011 foi marcado por indignação e revolta. Tudo começou na Tunísia, no final de dezembro de 2010, com a autoimolação de Mohamed Bouazizi. O jovem se tornou o símbolo de toda uma geração condenada à marginalização social, apesar de sua formação e diplomas (Badie, 2011). As chamadas “primaveras árabes” nasceram e um vento de revolta sacudiu as autocracias da região, derrubando alguns ditadores (Ben Ali, Mubarak, Kadhafi), desestabilizando regimes (Iêmen, Jordânia, Barein, Kuwait) e forçando vários outros à concessão de reformas (Marrocos, Argélia, Omã, Arábia Saudita).

As imagens dos povos árabes desestabilizando suas oligarquias deram a volta ao mundo. Em certo ponto, alguns no Norte começaram a ponderar que, se as ditaduras estabelecidas pela força das armas estavam caindo no mundo árabe, o abismo social promovido por força dos bancos e dos mercados financeiros poderia ser desafiado. Os primeiros Indignad@s apareceram na Espanha. Seguidos por uma manifestação de dezenas de milhares de pessoas organizada em Madri em 15 de maio 2011, decidiram ocupar o espaço público e se instalaram na praça Puerta Del Sol. Ainda inspirados pelas ocupações espontâneas dos espaços públicos no mundo árabe, com o peso simbólico da Praça Tahrir, no Cairo, os Indignad@s pretenderam demonstrar sua determinação em serem, eles mesmos, os agentes da mudança, rejeitando as elites dirigentes que, a seus olhos, teriam perdido toda a legitimidade. A iniciativa se multiplicou e as mobilizações se espalharam pela Europa (Portugal, França, Grécia, Grã-Bretanha, Itália, Bélgica...) e para outros lugares (como em Israel e na América do Norte). A dimensão planetária dessa onda de contestação se concretizou em 15 de outubro de 2011, com a jornada mundial dos Indignad@s, que levou a protestos em mais de 950 cidades em 82 países (Hopquin, 2011). Na América do Norte, os atores dessas mobilizações inovaram, principalmente com a iniciativa Occupy Wall Street, que teve início em 17 de setembro de 2011, em Nova Iorque, para logo em seguida se propagar para mais de 100 cidades dos Estados Unidos e também no Canadá (Vancouver, Toronto, Ottawa, Montreal). Turquia e Brasil são dois países que

entram um pouco mais tarde nesta onda (em 2013), com significativas manifestações nas quais várias das características presentes no atual ciclo global de lutas fizeram-se presentes (Judensnaider et al., 2013; Movimento Passe Livre São Paulo, 2013; Rolnik, 2013), guardadas, evidentemente, as especificidades de cada contexto.

Com efeito, a receita propagada pelos ativistas desta última onda reverbera elementos do discurso político presente no momento de surgimento do FSM, ainda sob o impacto de Seattle: valorização da abertura, a horizontalidade das relações sociais e a diversidade constitutiva do movimento; inovações e criatividade espontânea de ações políticas, rejeição das formas tradicionais de enquadramento das mobilizações sociais (partidos políticos, sindicatos) e das lideranças, acordo sobre a importância do debate coletivo e da prática de uma democracia participativa no interior do movimento.

É essa proximidade relativa à concepção de mudança social que permite insistir nas ligações entre os movimentos dos Indignad@s e os altermundialistas. Eles compartilham uma visão da política que nutre toda uma geração de jovens ativistas (Pleyers, 2004). Tal reapropriação do espaço público como expressão clara de uma insatisfação a respeito do sistema existente parece nos remeter à primeira onda de mobilizações contra a mundialização neoliberal. É apenas uma aparência, porque existe uma diferença fundamental entre as revoltas sociais dos anos 1980 nos países do Sul e essa que observamos atualmente ao redor do mundo. Enquanto as primeiras aparecem como eventos localizados, contextualizados, sem ligação (evidente) entre si, as segundas, ao contrário, possuem claramente uma dimensão mundial. As chamadas “primaveras árabes” inspiraram os Indignad@s espanhóis, que inspiraram os protagonistas de Wall Street, que inspiraram o Occupy Montreal e assim por diante.

Problematização teórico-conceitual: uma antropologia dos espaços políticos

No que tange à abordagem teórico-conceitual do presente artigo, a proposta de uma “antropologia dos espaços políticos globais” convoca a uma reflexão sobre um lugar de enunciação de um discurso (o “discurso antropológico”) no qual o objeto e o sujeito encontram-se no mesmo plano epistemológico (Viveiros de Castro; Sztutman, 2008). Logo, uma antropologia dos espaços de mobilização deve considerar, certamente, as maneiras pelas quais cada configuração espacial organiza as possibilidades para manifestação do

pensamento e da ação que fazem da alteridade uma fonte de potência política transformadora.

Nas ciências sociais, a noção de *espaço* esteve atrelada a variadas concepções que dialogam com autores ligados a distintos campos teóricos e com diferentes horizontes disciplinares, notadamente a geografia crítica e a sociologia, que se interessaram pela territorialidade das mobilizações sociais (Auyero, 2005; Sewell Jr., 2001; McAdam; Tarrow; Tilly, 2001; Routledge, 1993; Soja, 1989).

Em uma palestra proferida em 1967 – publicada posteriormente com o título “De outros espaços” (Foucault, 1986) –, Foucault afirma que se a obsessão do século XIX era a história (o tempo), a presente época seria, sobretudo, a “época do espaço”. Cientes de que a espacialidade tem um papel importante no projeto filosófico de Foucault, importa notar que ele nunca faz referência a uma suposta homogeneidade ou a algo dado, vazio de significados:

O espaço no qual vivemos, que nos atrai para fora de nós mesmos, no qual a erosão de nossas vidas, nosso tempo e nossa história ocorre, o espaço que nos rasga e nos rói é também, em si mesmo, *um espaço heterogêneo* [...] (Foucault, 1986, p. 23, grifo nosso, tradução nossa).

Em meio a um alargamento semântico do conceito, a definição fornecida por Massey (2005, p. 9) é oportuna para os objetivos deste trabalho, por chamar a atenção para o caráter relacional dos espaços e dialogar com a heterogeneidade sugerida por Foucault. Em sua construção teórica, destacam-se as seguintes dimensões:

Espaço como produto de inter-relações: constituído por interações, da infinidade do global, ao intimamente pequeno.

Espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade: a esfera na qual muitas trajetórias coexistem, esfera da *heterogeneidade coexistente*.

Espaço como sempre em construção [porque é fruto de relações-entre]: não está nunca terminado, nunca fechado.

Nas observações de Massey (2004, 2005), nota-se a ideia de que um espaço não é uma coisa definida *a priori*, mas um processo. É a partir da ênfase

na dimensão processual dos espaços que se pode enxergá-los como “esferas da heterogeneidade coexistente” para a compreensão das sociabilidades que atuam na reconfiguração constante das relações de poder.

Parece evidente na literatura sobre o Fórum Social Mundial e nos textos publicados no *site* do GlobalSquare (www.global-square.net) que a noção de espaço (e por extensão, a vontade de se apropriar dos ‘espaços’ públicos, de discussão, de tomada de palavra, de midiaticização, presenciais ou virtuais...) tem, simultaneamente, um papel simbólico e normativo: os espaços são construídos a partir de múltiplos olhares, de práticas empíricas e de limites concretos.

O Fórum Social Mundial e a possibilidade de ruptura da (antiga) dicotomia espaço/movimento

Segundo o artigo 1 da *Carta de princípios*, que constitui a máxima referência de normatividade do FSM:

O Fórum Social Mundial é um espaço de encontro aberto que visa aprofundar a reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, o intercâmbio livre de experiências, a articulação para ações eficazes de instâncias e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e à dominação do mundo pelo capital e a todas as formas de imperialismo e que se esforçam para construir uma sociedade planetária que tem o ser humano como eixo. (Carta de princípios..., 2001, tradução nossa).

Dessa definição, pode-se extrair algumas das principais características que nos permitem compreendê-lo melhor: em primeiro lugar, o fórum é um espaço aberto de encontros. Ele não é uma associação, nem uma organização e, em hipótese alguma, ele pode pretender representar a sociedade civil mundial (artigo 5 da *Carta de princípios*). A segunda característica é que, como lugar de encontro, o fórum se abre para a discussão, a reflexão e o intercâmbio em meio à diversidade. Ele não é confessional, governamental ou partidário (artigo 8). Isso não significa que ele não pode gerar ações concretas por parte de organizações e movimentos que participam mas, nesse caso, eles agem em seu próprio nome, ou como uma coalizão de movimentos e não em nome do fórum (que seria então concebido como uma entidade).

Em detrimento das definições apresentadas acima, é curioso notar que nunca houve consenso sobre o significado preciso da caracterização do FSM como um espaço, entre os participantes e mesmo entre os organizadores. Tal fato, em si, já é relevante pois, segundo sinaliza Massey (2005, p. 99, tradução nossa), “a atenção com conceitualizações implícitas de espaço é crucial também em práticas de resistência e de construção de alternativas”.

Nesse sentido, a oposição entre espaço e movimento está ligada a questões políticas bem específicas, como a possibilidade de formulação de estratégias conjuntas de ação, documentos políticos coletivos, entre outras iniciativas que caibam nos princípios do FSM (segundo os quais, por exemplo, ninguém fala em nome do fórum, somente como “participante”).

Já em 2002, após a realização do segundo Fórum Social Mundial, Chico Whitaker (2002, p. 238, grifo nosso), um de seus idealizadores, reforçava a distinção entre o FSM percebido como movimento ou como espaço: “No fundo, o Fórum não é uma instância, um movimento. Não pretende ser nenhuma Internacional nova, nem ser uma organização com uma direção. Pretende ser um *espaço*.”

É interessante notar que a perspectiva do fórum como espaço associa-se à ideia de que ele é um *método*, em oposição à compreensão que o enxerga como um movimento (que, por sua vez, não raramente é associada a uma Internacional). A intenção, ao afirmar o fórum como espaço caracterizado de tal forma, é de renovar a dinâmica das transformações sociais rompendo com a lógica vertical e hierarquizada mais tradicional que implica a definição de uma linha de ação comum definida por uma vanguarda segundo a qual deveriam se alinhar as estratégias de ação de diferentes movimentos sociais (Canet, 2010).

Mas são muitos os autores que consideram fundamental ultrapassar a dicotomia que caracteriza a definição do FSM, como Teivanen (2004, p. 18, tradução nossa), que sustenta a necessidade de “superar a rígida dicotomia movimento/espaço se pretendemos entender o papel do FSM”. Nessa perspectiva, o fórum poderia, e deveria, conciliar as duas posições para dar voz a ações concretas, sem que, para tanto, se torne um movimento tradicional, um partido político ou uma nova Internacional.

O próprio Whitaker (2013) retoma a pergunta, nos meses que antecedem a realização do FSM em Túnis, em um texto cujo próprio título ostenta a indagação: “Fórum Social Mundial: espaço ou movimento?” Nesse texto, percebe-se uma perspectiva que rompe com a dicotomia apresentada inicialmente,

aceitando a ideia de que o FSM pode ser visto, simultaneamente, como espaço e movimento, em uma “relação de complementariedade, em que as partes não se misturam nem se dissolvem uma na outra”.

[...] continuaríamos a criar (e a multiplicar) “espaços”, como instrumentos importantes na luta pela superação do neoliberalismo, ao mesmo tempo que disporíamos de um “movimento” que definiria suas próprias estratégias de luta e suas ações específicas para que essa superação fosse efetiva. (Whitaker, 2013).

Há, por outro lado, argumentos fortes que condicionam a definição da dicotomia espaço/movimento à conjuntura política global, o que faz muito sentido, pois não parte de uma identidade definida a priori para uma determinada invenção política, mas permite que ela vá se adequando às necessidades colocadas pelas lutas em curso (como foi o caso durante a guerra no Iraque e a ocupação da Palestina, ou durante a crise econômica de 2008).

Sem dúvidas, há uma extensa bibliografia e o tema tem sido objeto de acalorado debate na última década. Mas o propósito de trazer, parcialmente, o debate à tona relaciona-se com o atual momento político global que aparenta demandar um certo grau de coordenação entre movimentos que compartilham objetivos semelhantes, como mencionava Vivas (2008, p. 92, tradução nossa) após o FSM de Nairóbi:

Evidentemente, o caráter de espaço de encontro e de convergência segue sendo esteio do FSM, mas isso agora é insuficiente para os setores mais ativistas com uma necessidade crescente de coordenação temática, intersetorial e de ação.

A relação entre a internacionalização e institucionalização também é um dos vetores importantes para acompanhar as características políticas desses espaços e as práticas que os compõem. Analisando a trajetória do FSM, Pleyers (2012) contesta a alegação de que a internacionalização teria conduzido inevitavelmente à institucionalização. No que concerne ao FSM, o autor acredita que

embora seja possível identificar um padrão de institucionalização no interior do FSM, ele tem sido contrabalanceado pela cultura política dos ativistas do FSM – uma cultura que preza pela horizontalidade, pela democracia interna e pela participação ativa de atores de base. (Pleyers, 2012, p. 168).

Torna-se claro, por outro lado, que o processo de complexificação do FSM põe em risco a vontade de fazer política de outra forma, o que poderia significar que o fórum torna-se vítima de seu próprio sucesso. A internacionalização e a diversificação das temáticas abordadas lhe fazem enfrentar novamente o debate sobre sua institucionalização. A urgência de agir, de passar da palavra ao ato, segue motivando um grande número de participantes e de militantes a querer que o fórum deixe de ser somente um espaço de discussão para se tornar um verdadeiro ator político. Mas o problema que se coloca então é o desafio da ruptura. Quem vai definir a agenda? Como serão superadas as clivagens ideológicas?

O Fórum Social Mundial e o GlobalSquare como espaços globais de mobilização

Nesta sessão, busca-se traçar alguns aspectos relacionados ao campo de ação política nos dois espaços, chamando a atenção para as convergências e tensões existentes.

O artigo não possui, evidentemente, a pretensão de apresentar um retrato exaustivo de todas as ligações possíveis entre os espaços de mobilização estudados, dado que eles são construídos e definidos dinamicamente em meio a várias perspectivas geográficas e ideológicas de uma pluralidade de atores que formam suas percepções tanto a partir do interior como do exterior desses espaços.

Como um processo global e fenômeno multifacetado, o Fórum Social Mundial [e GlobalSquare estão] evoluindo diariamente. [Eles são] caracterizado[s] por uma grande e contínua criatividade e dinamismo e algum grau de metamorfose que apresenta múltiplos problemas de representação e análise. (Conway, 2005, p. 426, tradução nossa).

Frezzo e Karides (2007) argumentam que o Fórum Social Mundial, por meio de sua *Carta de princípios*, mobiliza dois conceitos importantes, que são vetores que ajudam a singularizá-los como espaços: as políticas prefigurativas e a subsidiariedade. O princípio das políticas prefigurativas sustenta que os ativistas devem exercer no presente as práticas do mundo que querem construir no futuro. O princípio de subsidiariedade estabelece que as decisões devem ser tomadas no menor nível possível de competência de autoridade.

É importante considerar que as práticas prefigurativas, por meio da conjugação temporal que articulam, relacionam-se com outro aspecto relevante dos espaços de mobilização em questão: a coexistência de diferentes temporalidades. A heterogeneidade no FSM e no GS contempla também a presença de múltiplas relações com o tempo político, no que tange às formas de ação dos indivíduos, que se evidencia principalmente no encontro de distintas tradições e culturas políticas. Logo, um sinal diacrítico do atual estágio dos espaços globais de articulação política, no que diz respeito à alteridade, é a capacidade de acolher atores respeitando distintas temporalidades no que tange à elaboração de imaginários políticos comuns e de ações de mobilização local.

A contribuição de "novos movimentos sociais" para o processo do Fórum Social Mundial

Acompanhando a trajetória do Fórum Social Mundial, é possível notar que ele vem se reinventando reflexivamente por meio de um esforço profundo de conexão com temáticas e regiões do planeta identificadas, em cada momento, como centrais para a luta política e a resistência ao capitalismo. Assim, o fórum apresenta-se como uma das fontes de legitimidade para determinadas lutas, ao mesmo tempo em que é redefinido por elas. Não seria diferente com relação às primaveras árabes e os "novos movimentos".⁶

Foi assim com a guinada ecoterritorial e as lutas indígenas. A incorporação do enfoque ecológico, territorial e indígena, como instância discursiva e como campo de ação política na América Latina, particularmente após o Fórum de Belém, em 2009, que reuniu mais de 120 mil pessoas, foi decisivo para posicionar o tema do "bem-viver", alinhado ao pensamento indígena da cosmovisão andina, que serviu como componente para uma série de teorizações que problematizam o neodesenvolvimentismo no continente.

Chico Whitaker (2012, tradução nossa), em seu artigo "Novas perspectivas no processo do Fórum Social Mundial", explicita algumas aproximações entre o FSM e os chamados "novos movimentos sociais", destacando que o

⁶ Usamos no presente artigo, em alguns momentos, a expressão "novos movimentos", para fazer referência aos movimentos que se expressam com maior relevância na última onda descrita no artigo, cientes de que a adjetivação está sujeita a grandes debates.

desejo de construir uma nova cultura política, com a correlata necessidade de mudança no interior das práticas, encorajando horizontalidade, diversidade, cooperação e busca pelo consenso está claramente em sintonia com os tempos atuais: “[...] são novos tipos de ação mas, de fato, muito próximas das intuições dos promotores do FSM, como abertura, organização horizontal e respeito pela diversidade, repúdio das lideranças e aprendizado mútuo”.

É possível dizer que há um movimento duplo. De um lado, setores que participam tradicionalmente do FSM (e que estiveram envolvidos em sua própria concepção), e que são do Conselho Internacional, buscam uma conexão mais direta com os novos movimentos. Da mesma forma, há participantes dos novos movimentos que acreditam que o FSM é um espaço importante e até que pode “ser disputado”.

Porém, tal disposição de aproximação não é homogênea e encontra resistências dos dois lados. Há setores, especialmente ligados aos partidos e movimentos da esquerda mais tradicional, que criticam a “recusa radical da representação” e a ênfase no papel das ferramentas tecnológicas no processo de mobilização política. Em uma atividade de preparação para o Fórum Social Mundial de 2013, realizada em São Paulo, esse debate ganhou destaque. Uma participante tradicional do fórum expressava sua desconfiança em relação à tentativa de maior aproximação com os novos movimentos:

Há uma tendência nos últimos dez anos de romantizar os “novos” movimentos! Occupy Wall Street é o sabor da vez. Mas o que é, de fato, Occupy? Na África do Sul, quando tem ocupações são os movimentos tradicionais que levam as pessoas para as ruas, enquanto os Occupy estão muito ocupados mandando mensagens de texto pelo celular.⁷

Causa incômodo também a adjetivação dos processos atuais como “novos movimentos”, o que acaba gerando uma outra dicotomia (novos/velhos).

Igualmente, no seio dos novos movimentos, o fórum não é uma referência inequívoca. Trata-se da emergência de uma nova geração para a qual Seattle está mais distante como referência. E também porque, para eles, a busca pela horizontalidade é tão constitutiva de suas práticas que a ruptura do ponto de vista da cultura política proposta pelo fórum não causa tanto

⁷ Anotações pessoais das reuniões do Projeto Cartografias do Futuro, 2013.

estranhamento como causava para aqueles que vinham de experiências com partidos e organizações mais verticalizadas.

A crítica à representatividade por parte dos novos movimentos também trouxe a questão: ninguém poderia falar em nome do Occupy, ou do 15M ou das primaveras. Isso se contrapõe à lógica de legitimação do fórum, que sempre comportou (com críticas) o princípio de representação como algo legítimo (o que se reflete na própria estrutura do Conselho Internacional).⁸

De modo geral, a contribuição de grupos que se conectam às primaveras árabes, ao Occupy ou ao 15M/Indignad@s foi muito valorizada no interior do FSM, a tal ponto de ter sido reservado um tratamento privilegiado ao GlobalSquare, como um dos grupos que se reivindica como parte desses movimentos. Foi assim que o comitê tunisiano de organização do fórum propôs um espaço central com uma boa visibilidade na Universidade de Túnis, onde eles poderiam realizar as assembleias, a possibilidade de inscrever gratuitamente nove atividades na programação oficial (algo muito raro), o acesso a materiais e tradutores em quatro idiomas.

Além disso, vale dizer que o GS parece abrir a possibilidade de envolvimento efetivo com a construção de uma cultura política da tecnologia (Juris; Caruso; Mosca, 2008), a qual o Fórum aspira.

Com efeito, essas iniciativas aparecem em uma época onde a vitalidade das tecnologias da informação e da comunicação, no interior de diferentes redes de mobilização, se traduzem pela multiplicação de muitos projetos viáveis na net (e especialmente no Facebook) e nos espaços públicos. Como sugerem Juris, Caruso e Mosca (2008, p. 96, tradução nossa):

Novas tecnologias da informação e da comunicação não somente facilitaram a ação-à-distância, elas também mudaram a forma de organização dos movimentos sociais, favorecendo estruturas descentralizadas, que envolvem uma disseminada “lógica cultural de networking”.

Mesmo que o ponto de partida desse projeto tenha sido explicitamente o evento em Túnis, as assembleias convocadas durante a fase de organização

⁸ No FSM 2013, a ausência de representatividade entre os participantes dos novos movimentos acabou fortalecendo o foco na troca dos aprendizados práticos (sobre, por exemplo, ocupação dos espaços públicos, lutas contra policiais e forças armadas, estratégias de comunicação, etc.), que singularizam a experiência de cada ativista.

pela plataforma *open source* Mumble e a página *web* colaborativa (www.global-square.net), criada principalmente para facilitar a organização e visando garantir transparência, ofereceram concretamente a possibilidade de dinamizar um processo interativo e participativo, para a articulação das ideias daqueles que se envolveram.

Por fim, apesar de não termos condições de explorar a questão com o cuidado que ela merece, é imprescindível dizer que o debate sobre o tema geracional (o conceito de “geração” como categoria política) voltou a ganhar força no FSM de 2013. Ficou evidente o desafio nas tentativas de aproximação com indivíduos ligados aos novos movimentos, que está relacionado à necessidade de uma “ponte geracional”, nos marcos da complexidade apontada por Berardi (2007, p. 15, tradução nossa):

O problema da transmissão é enormemente delicado, complicado. Não pode ser reduzido a um problema de transferência de conteúdos da memória política (a história da resistência passada, etc.). Não se pode reduzi-lo a um problema de transferência intergeracional de “valores”, porque isso é inevitavelmente moralista e os valores não significam nada fora das condições sociais, técnicas, antropológicas, dentro das quais se modela o comportamento humano.

Para o autor, a “transmissão intergeracional” não está baseada na transferência mecânica de noções, memórias, mas na processo de “ativar autonomia dentro de um formato cognitivo transformado”.

Lógicas do GlobalSquare

Detenhamo-nos agora sobre a emergência recente de um processo que permite atualizar a reflexão sobre o FSM.

GlobalSquare é uma iniciativa que emergiu no final do ano de 2012, na sequência da convocatória para a participação no FSM 2013, lançada por muitas pessoas envolvidas no Agora 99 e Firenze 10+10). Os objetivos e a definição desse grupo, que se reuniu dez vezes antes do FSM em uma plataforma virtual, e que ocupou um espaço muito importante nas dependências da Universidade de Túnis durante o fórum – não parou de evoluir durante os cinco intensos meses de sua atividade (como mostram as atas dos encontros).

Por sua própria existência, o GlobalSquare reconhece o FSM como momento e lugar de aproximação, pelo fortalecimento de diferentes redes. Essa

nova iniciativa foi constituída por uma diversidade de atores, que propuseram um espaço que abarcasse a heterogeneidade, aberto especialmente àqueles que participaram nos movimentos sociais pós-2011, uma nova geração política que não possuía um histórico de relações com o fórum.

É possível constatar na retórica daqueles que gravitam ao redor do GS uma certa constância da noção de “espaço aberto” (que, como já foi destacado, tradicionalmente associa-se ao FSM):

GlobalSquare é uma série de encontros *online* e presenciais e assembleias cujos participantes e organizadores são indivíduos ligados com o 15M, Occupy, movimentos estudantis, YoSoy132!, Tharek, Idle No More!, VIA22, assim como a outros movimentos. Nosso objetivo é preparar um espaço aberto para contato presencial e intercâmbios durante o Fórum Social Mundial que ocorrerá entre 26 e 30 de março de 2013 na Tunísia, onde as chamas da intifada global soltaram suas primeiras faíscas em janeiro de 2011 [...] Reconhecendo seu valor como um tempo e um lugar para reunir, compartilhar, fortalecer nossas redes pela troca de nossas experiências e práticas, nós começamos um processo participativo aberto para nos prepararmos para o Fórum. Por meio de reuniões regulares e uma lista de *e-mails* inclusiva, nós desejamos criar um espaço aberto para uma variedade de iniciativas, especialmente para os participantes dos vários movimentos que emergiram ao longo dos últimos dois anos (Tunísia, Egito, Senegal, Marrocos, Espanha, Chile, EUA, Québec...). (GlobalSquare, 2012, tradução nossa).

Nos discursos dos diferentes atores do GlobalSquare, fica claro que a abertura de um espaço no seio de um outro já reconhecido mundialmente representa, em seu ponto de vista, uma possibilidade de existir publicamente, desejando compartilhar com os participantes do FSM as experiências adquiridas, na escala local, nas praças ocupadas (*squares*) (Holmes, 2013). GS propõe portanto um lugar de reconhecimento mútuo entre aqueles que aderiram às lógicas renovadas de ocupação dos espaços:

Nesse sentido, GlobalSquare se tornou para o FSM mais do que um grupo, um espaço [...] Uma praça pública real dentro do *campus*. Ao mesmo tempo, nós tínhamos um ponto de referência, onde as pessoas que queriam se envolver conosco saberiam onde nos encontrar. (Rogers, 2013b, tradução nossa).

Vale notar que a utilização da ideia de espaço ganha, nesse contexto, outra conotação.

Evidentemente, incorrer-se-ia em imenso equívoco caso se ignorasse que a tática de ocupação de espaços públicos não começou com os movimentos do século XXI, estando presente, inclusive, nos movimentos indígenas e camponeses da América Latina há muito tempo.

Mas tal ressalva não impede que se chame a atenção para o fato de que a associação entre as ideias de “espaço” e “território” passa a ser significativa para esses movimentos, especialmente como forma de resistência às várias formas de privatização e militarização do espaço público das últimas décadas. Não implica somente a percepção do espaço, como encontro das diferenças ou plano de articulações. Sublinha-se, como dito anteriormente, o fato de que os movimentos da última onda possuem uma relação crucial com a espacialidade, tanto do ponto de vista de sua formulação discursiva, como de suas táticas de ação política. Os fenômenos Occupy e Indignad@s aparecem em um momento no qual lugares públicos estão se tornando cada vez mais raros e controlados, o que faz com que os lugares sejam, portanto, ao mesmo tempo “o terreno e os desafios das políticas de contestação” (Auyero, 2005, p. 130, tradução nossa).

Reforçar a cultura política participativa: um desafio metodológico

Desde sua criação em 2001, cada edição do FSM inova do ponto de vista da sua metodologia, a fim de colocar em prática seu ideal de horizontalidade e de estimular a transformação social pela base. O princípio de autogestão teve como efeito favorecer a participação mais ativa da parte de diferentes atores presentes que têm, progressivamente, se apropriado mais do fórum no âmbito da escolha de seus temas, da gestão de suas oficinas e da expressão de suas conclusões por uma multiplicidade de propostas. Por mais que um fórum possa propor temáticas “orientadoras” em determinadas ocasiões, na medida em que as discussões ocorram em atividades auto-organizadas, o que acaba determinando os assuntos e enfoques é a própria agenda dos participantes.

Contudo, o fato de o próprio processo organizacional do FSM não ser completamente autogestionado faz com que surjam críticas sobre o caráter democrático e transparente de sua organização.

Os efeitos dessa cultura política participativa podem ser observados em vários aspectos como, por exemplo, na mudança ocorrida na produção de

diagnósticos sobre a situação global. Nas primeiras edições do fórum, por exemplo, eram esperadas as palestras dos intelectuais cosmopolitas que condensariam a conjuntura global para os participantes. A partir da proliferação das atividades auto-organizadas, é importante notar que as análises de conjuntura, cruciais para sedimentar terrenos comuns aos processos de resistência, não deixaram de ser feitas. Elas apenas assumiram uma dinâmica de produção cognitiva mais coletiva e descentralizada.

Um outro espaço crítico que se desenvolveu de alguma maneira à margem do FSM, mas atrelado a ele, desde suas origens, é o Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ).

Com 2 mil pessoas na primeira edição em 2001, o acampamento cresceu rapidamente. Durante a edição de 2005, em Porto Alegre, o acampamento, situado no coração do lugar onde se desenrolaria o fórum, acolheu mais de 35 mil pessoas. O AIJ tem sido um laboratório de experimentações políticas e de prática dos princípios de autogestão em uma perspectiva de solidariedade global (Dubois; Gerin, 2010).

Uma reflexão mais atenta à dinâmica do acampamento como espaço de mobilização é importante justamente pela relação de autonomia e relativa exterioridade que manteve ao longo de sua existência. O acampamento coloca em contato dois pontos teoricamente relevantes para a discussão: em primeiro lugar, ele reposiciona o plano geracional como categoria política, ao problematizar o conceito de juventude e ao recuperar a ideia de “nova geração política” e, em segundo lugar, ele faz do conceito de espaço um elemento definidor de sua identidade como experiência política (Fischer; Corrêa; Amaral, 2007, p. 14-15).

[...] Além de possibilitar a participação no FSM, o Acampamento cria uma dinâmica autônoma e inicia a construção de uma identidade própria, muito vinculada ao conceito de espaço. Nas atividades formativas, coordenadas pelo COA, a categoria “espaço” passa a ter preferência nos debates e leituras. [...] esse enfoque do espaço foi determinante para as demais ações da gestão, como reciclagem, comercialização, circulação, segurança etc. Os estudantes de arquitetura trouxeram uma noção de espaço para além da ocupação, trabalharam com a idéia de espaço como conceito, trazendo experiências de bioconstrução para as estruturas físicas do Acampamento, pensando na dinâmica de ocupação dos espaços das barracas e espaços de atividades, vias de circulação, infra-estrutura para alimentação, banheiros, reciclagem de lixo, entre outras práticas.

Rumo à horizontalidade reivindicando o ponto de vista do indivíduo

É importante sublinhar que, malgrado o interesse expresso pelos organizadores do FSM de oferecer um local para o GlobalSquare, vários daqueles que tomaram parte na proposição da iniciativa se posicionaram de forma crítica em relação ao espaço de acolhida. A exemplo de outros espaços já citados, como o Acampamento Intercontinental da Juventude durante o FSM no Brasil, ou mesmo o Mumbai Resistance na Índia, muitos dos organizadores do GS desaprovam as estruturas da sociedade civil sobre as quais o fórum se baseia, percebendo-as como rígidas e hierárquicas, correndo o risco de reproduzir lógicas colonialistas e capitalistas contra as quais eles deveriam agir.

Antropologicamente, uma mudança conceitual parece se efetuar, através da reivindicação do ponto de vista do indivíduo como um ator de pleno direito de uma sociedade civil alargada (Cleaver, 1999). Como Touraine (2005) sustentou recentemente, há um novo individualismo⁹ que se esboça e que permite a cada pessoa retornar a si mesma e descobrir-se *sujeito*, em busca de se constituir como ator livre por meio da luta por seus direitos:

A organização social [...] que chamamos de globalização não pode mais encontrar em si mesma os meios de sua recuperação. É ‘de baixo’, de um chamado cada vez mais radical e apaixonado ao indivíduo e não mais à sociedade, que nós encontraremos a força suscetível de resistir a todas as violências. (Touraine, 2005, p. 34, tradução nossa).

Desse modo, a crítica dirigida ao FSM pelos participantes do GlobalSquare deixa transparecer uma dicotomização das perspectivas dos atores individuais perante as instituições (geralmente chamadas “organizações”) e o desafio de coexistência colocado para ambos, do ponto de vista de sua acomodação no interior dos espaços criados:

Um de nossos primeiros obstáculos era que, para propor atividades no fórum a pessoa tem que ser parte de um grupo, não somente um indivíduo. Para superar isso, aqueles envolvidos no Occupy, 15M e movimentos similares decidiram

⁹ A propósito do tema, há uma produção sociológica considerável, que passa, por exemplo, pelo trabalho de Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Richard Sennet, assim como de Christopher Lasch, entre outros.

formar um grupo chamado GlobalSquare. Não é uma organização, simplesmente um nome para um grupo aberto, criado especificamente para nos permitir participar plenamente no processo do FSM. (Rogers, 2013a, tradução nossa).

Nesse contexto de luta pelo reconhecimento do indivíduo soma-se também a questão da exigência de horizontalidade (Sitrin, 2006, 2012) e do deslocamento para níveis decisórios cada vez menores (o já mencionado “princípio de subsidiariedade”), ideal compartilhado pelas duas iniciativas aqui estudadas.

A leitura dos relatórios escritos na sequência do FSM 2013 por várias pessoas envolvidas no GlobalSquare deixa entrever que a horizontalidade ainda representa um desafio, que está intimamente ligado aos vários espaços de mobilização atuais.

Um relato que aparece com frequência nos textos analisados discorre sobre uma iniciativa que expressa bem os argumentos apresentados. Durante o encontro do Conselho Internacional (CI) do FSM (que ocorreu logo após o último Fórum em Túnis), um grupo de pessoas que tinha participado do GlobalSquare realizou um gesto simbólico eminentemente espacial (vale lembrar que não se trata de um espaço aberto e participativo, mas apenas reservado aos membros do conselho). O grupo se lançou a uma ação direta pela redistribuição da sala onde ocorria a reunião, apostando na influência que a organização física dos elementos em um espaço pode ter sobre as dinâmicas relacionais em questão:

Depois de um primeiro dia de debate hierarquicamente estruturado, no final da tarde alguns participantes do GlobalSquare [...] rearranjaram as cadeiras, de um formato de seminário, para uma disposição circular. Esse simples ato deu à reunião do segundo dia um caráter muito mais horizontal. (Rogers, 2013b, tradução nossa).

Pode-se dizer que, do ponto de vista analítico, o exemplo diz mais sobre a “percepção da horizontalidade” por parte dos ativistas do que sobre a horizontalidade em si mesma. Contudo, esse ato simbólico revelou a presença de uma lógica hierárquica que muitos membros do CI também abominavam. No entanto, não se pode deixar de dizer que o desafio da horizontalidade não está resolvido também internamente no GlobalSquare, com sua busca de consenso para a tomada de decisões (durante a preparação e no próprio local em Túnis)

e na busca por um posicionamento simbólico comum. Essa dificuldade se traduz nas numerosas horas de encontros dedicados à discussão sobre o procedimento, como sugere Dani Seco (2013, tradução nossa): “Nas assembleias e oficinas, havia muita conversa sobre facilitação e questões de linguagem, não tanto sobre conteúdo real.” Rogers (2013b, tradução nossa) vai na mesma direção: “De fato, nosso intercâmbio era mais sobre práticas, experiências e concretamente organização para o FSM, do que a definição conjunta de objetivos e visões para o futuro.”

Assim, se o FSM sofre críticas, o GlobalSquare também não nasceu livre de problemas e contradições. Uma dessas contradições diz respeito ao papel ocupado pelos “facilitadores” em um processo que se proclama radicalmente horizontal.

Trata-se de uma ambição de realização de política prefigurativa que eventualmente é assumida em um exercício de autocritica feito pelos envolvidos no GlobalSquare, que admitem que o processo é parte integrante da ação realizada: “Nós nos reunimos baseados nas experiências das quais somos oriundos e não onde pretendíamos chegar. Mas isso não é uma crítica, é uma observação.” (Rogers, 2013b, tradução nossa).

A retórica presente nos documentos produzidos no GlobalSquare, durante e depois do FSM 2013, deixam transparecer, de um lado, o desejo de criar coletivamente um espaço (virtual no início, mas físico durante o FSM) aberto à pluralidade das perspectivas e horizontal. Mas, por outro lado, observam-se práticas que se desviam da idealização pensada para o espaço, limitado ainda pela utilização de metodologias experimentais e pelos ambientes nos quais se opta por investir.

Conclusão ou “por uma epistemologia do paradoxo”

Um olhar antropológico sobre os processos e espaços políticos de mobilização pode contribuir enormemente para descortinar múltiplas possibilidades de práticas prefigurativas e, ao fazê-lo, acompanhar transformações importantes nos modos contemporâneos de subjetivação política. Além disso, agrega novos elementos metodológicos para o estudo da esfera global como campo de ação política.

No presente artigo, buscou-se identificar traços de duas iniciativas que esboçam mudanças na forma de perceber a mobilização social.

Os desafios que estão colocados para o estágio coevo das articulações internacionais dos movimentos sociais alimentam a sensação de que seguimos flutuando no que Bensaid (2013, p. 39) caracterizou (ao falar da retórica altermundialista) como “a indeterminação do possível”, quando “pressentimos que alguma coisa parece querer nascer, uma coisa da qual percebemos apenas os contornos e, sobretudo, cujos meios de atingi-la ignoramos”.

Não se trata, portanto, dos movimentos sociais de décadas atrás, que enxergavam os objetivos com muita clareza e que, a partir disso, definiam seus mecanismos de ação. Constata-se a presença de fenômenos que se identificam como espaços pela coexistência da heterogeneidade e pela aprendizagem recíproca. A multiplicação dessas plataformas pode contribuir para reforçar a articulação entres movimentos e organizações que lutam contra os efeitos nefastos do capitalismo contemporâneo, na expectativa da produção de imaginários comuns de resistência à mercantilização generalizada dos espaços e experiências humanas.

A multiplicidade somada à complexidade (Morin, 1994) implica inevitavelmente alguns paradoxos, que podem se apresentar sob a forma de dicotomias: horizontal/vertical, heterogeneidade/unidade, espaço/ator, abertura/luta, inclusão/exclusão, que coexistem no seio do mesmo processo. Quanto mais se aprofunda a observação e análise dos casos, mais fácil é perceber que se trata de tensões constitutivas do próprio FSM, que se fazem presentes também no processo e organização do GlobalSquare.

Segundo Conway (2005, p. 427, tradução nossa), se o paradoxo é reconhecido, pode ser o motor de uma utopia criativa e mobilizadora, tanto para os atores como para os investigadores desse campo: “É este extraordinário paradoxo – que ao abraçar a diversidade está produzindo uma ação coordenada em escala global sem precedentes – que é a chave para o poder generativo do Fórum Social e convida a novas políticas democráticas globais.”

Há, portanto, uma dimensão desse debate que não é secundária e que diz respeito aos dilemas e desafios que se apresentam no plano da articulação internacional das lutas e resistências. O momento demanda interlocuções e articulações políticas que não abandonem sentidos estratégicos. Elas estão acontecendo. Mas ainda não são claros os contornos dos espaços que serão capazes de acolher e fomentar tais articulações, o que amplia a necessidade de pensar antropológicamente a produção do “global” como plano de ação política coletiva.

Enquanto algumas categorias analíticas tradicionais perdem força, existem elementos empíricos suficientes que evidenciam as conexões entre os diversos processos das primaveras árabes, entre Occupy Wall Street e o 15M, entre as diversas lutas nos países europeus, entre as organizações dos povos indígenas na América Latina, por exemplo. Essas conexões não ocorrem somente por meio de técnicas de comunicação virtual, mas também (algo que merece ser estudado com maior profundidade) pela mobilidade espacial de ativistas e forte intercâmbio presencial de experiências.

A mudança paradigmática (sob uma lógica dos espaços) a que aspiram certos participantes do FSM e do GS (e por extensão vários outros movimentos, como Occupy e 15M/Indignad@s) também destaca um ponto de inflexão na ambição científica:

A multiplicidade de vozes e de atores, e a diversidade de objetivos por vezes contrastantes têm [...] tornado possível uma nova epistemologia do Sul [...] que pode ser definida como um processo e evento que por sua própria pluralidade e abertura pretende produzir formas de conhecimento que trabalham contra as monoculturas da mente e se afastam bastante da lógica científica da modernidade ocidental [...]. (Milani; Laniado, 2006, p. 20, tradução nossa).

Assim, a preocupação com a coerência identitária entre os atores perde força perante a aposta em novas modalidades de produção cognitiva e afetiva, que não negam o conflito como componente de definição da ação política. Nesse aspecto, o sentido dado ao espaço na nova onda de mobilizações afasta-se daquilo que Habermas define como a esfera pública burguesa e parece muito mais próximo do “espaço oposicional” apresentado por Oskar Negt (2007, 2009) como um lugar heterogêneo de tomada de palavra, pela aproximação de experiências singulares, de exigências não reconhecidas e de desejos. Nos casos analisados, os espaços de mobilização operam pela tentativa de fazer com que a diversidade e a abertura funcionem como combustível para uma reformulação consciente e permanente das dinâmicas metodológicas que orientam a participação dos atores políticos envolvidos.

A alternativa hermenêutica proposta pelo FSM sugere que “não há justiça social sem justiça cognitiva global” (Santos, 2004, p. 13). Como diria Morin (2000, p. 94, tradução nossa): “É importante ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há um possível ainda invisível no real.” Aprender sensivelmente tais possibilidades e potencializar

processos nos quais a pluralidade fomente alternativas contra-hegemônicas permanece como um desafio para a política global.

Referências

AGRIKOLIANSKY, E.; FILLIEULE, O.; MAYER, N. *L'altermondialisme en France: la longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris: Flammarion, 2005.

AUDET, R.; CANET, R.; DUCHASTEL, J. Le dragon à plusieurs têtes. Stratégies de la société civile à l'OMC. In: CANET, R.; DUCHASTEL, J. *Crise de l'État, revanche des sociétés*. Montréal: Athéna éditions, 2006. p. 331-359.

AUYERO, J. L'espace des luttes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 160, p. 122-132, 2005.

BADIE, B. Quand le social défie le politique et fait trembler l'international. In: BADIE, B. VIDAL, D. (Org.). *L'État du monde 2012: nouveaux acteurs, nouvelle donne*. Paris: La Découverte, 2011, p. 17-29.

BANDY, J.; SMITH, J. *Coalitions across borders: transnational protest and the neoliberal order*. Oxford: Rowman and Littlefield, 2005.

BARLOW, M.; CLARKE, T. *La bataille de Seattle: sociétés civiles contre mondialisation marchande*. Paris: Fayard, 2002.

BASCHET, J. *L'étincelle zapatiste: insurrection indienne et résistance planétaire*. Paris: Denoël, 2002.

BEAUDET, P.; CANET, R.; MASSICOTTE, M.-J. (Org.). *L'altermondialisme: Forums sociaux, résistances et nouvelle culture politique*. Montréal: Écosociété, 2010.

BECK, U. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.

BENSAID, D. *Espetáculo, fetichismo, ideologia: um livro inacabado*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

BENSKI, T. et al. From the streets and squares to social movement studies: what have we learned? *Current Sociology*, v. 61, n. 4, p. 541-561, 2013.

BERARDI, F. *Generación post-alfa: patologías e imaginarios en el semiocapitalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.

CANET, R. Altermondialistes de tous les pays, unissez-vous! Le Forum social mondial et le projet contre-hégémonique. *Nouveaux Cahiers du socialisme*, n.º3, p. 216-228, printemps 2010.

CANET, R.; AUDET, R. La société civile à l'OMC: vers une gouvernance plus équitable? *Autrepart*, n.º35, p. 161-176, 2005.

CARTADE PRINCIPIOS DEL FORO SOCIAL MUNDIAL. 2001. Disponível em: <<http://www.fsm2013.org/es/node/194>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CASSEN, B. *Tout à commencé à Porto Alegre*. Paris: Mille et une nuits, 2003.

CASTELLS, M. *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. Cambridge: Polity Press, 2012.

CLARK, T. N.; HOFFMANN-MARTINOT, V. *La nouvelle culture politique*. Paris: L'Harmattan, 2003.

CLEAVER, H. *Computer-linked social movements and the threat to global capitalism*. Austin: University of Texas at Austin, July 1999. Disponível em: <<http://www.antenna.nl/~waterman/cleaver2.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CONWAY, J. Social forums, social movements and social change: a response to Peter Marcuse on the subject of the World Social Forum. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 29, n. 2, p. 425-428, 2005.

CROISAT, M.; LABBÉ, D. *La fin des syndicats?* Paris: L'Harmattan, 1992.

DIANI, M.; McADAM, D. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DUBOIS, J.-A.; GÉRIN, G. Campement intercontinental de la jeunesse: changer le politique par la pratique. In: BEAUDET, P.; CANET, R.; MASSICOTTE, M.-J. (Org). *L'altermondialisme: Forums sociaux, résistances et nouvelle culture politique*. Montréal: Écosociété, 2010. p. 237-253.

EZLN. *Depuis les montagnes du Sud Est mexicain 2: textes relatifs à la guerre indienne au Chiapas*. Paris: L'Isomniaque, 1996.

FREZZO, M.; KARIDES, M. *Socialism for the 21st century?: prefigurative politics and subsidiarity at the World Social Forum*. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, TBA, New York, New York City, Aug 11, 2007. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/1/8/3/8/7/pages183876/p183876-1.php>. Acesso em: 30 ago. 2013.

FILLIEULE, O. (Dir.). *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.

FISCHER, N. B. (Coord.); CORRÊA, A. M. dos S.; AMARAL, M. *Acampamento Intercontinental da Juventude: experiência de uma nova geração política*. 2007. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/juv-acampamento-int-da-juv.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

FOUCAULT, M. Of other spaces. *Diacritics*, v. 16, n. 1, p. 22-27, Spring 1986.

GAUBERT, C.; LECHIEN, M.-H.; TISSOT, S. *Reconversions militantes*. Limoges: PULIM, 2006.

GEORGE, S. Comment la pensée devint unique. *Le Monde diplomatique*, Paris, p. 16-17, août 1996.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 19-36.

GLOBALSQUARE. *About*. [2012]. Disponível em: <<http://www.global-square.net/about/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

HILTON, M.; McKAY, J. *The ages of voluntarism: how we got the big society*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HOLMES, M. Why we occupied the World Social Forum. *Waging Nonviolence*, 22 Apr. 2013. Disponível em: <<http://wagingnonviolence.org/feature/why-we-occupied-the-world-social-forum/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

HOPQUIN, B. L'appel international des indignés à manifester a été très diversement suivi. *Le Monde*, Paris, p. 10, 18 oct. 2011.

INGLEHART, R. *La transition culturelle dans les sociétés industrielles avancées*. Paris: Economica, 1993.

ION, J. *La fin des militants?* Paris: Éditions de l'Atelier, 1997.

ION, J. (Dir.). *L'engagement au pluriel*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

JOSSIN, A. *Trajectoires de jeunes altermondialistes en France et en Allemagne*. Rennes: PUR, 2013.

JUDENSNAIDER, E. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

JURIS, J. S.; CARUSO, G.; MOSCA, L. Freeing software and opening space: social forums and the cultural politics of technology. *Societies Without Borders*, n. 3, p. 96-117, 2008. Disponível em: <http://www.jeffreyjuris.com/articles/FreeSoft_OpenSpace.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

KEGLEY, C. W. *World politics: trends and transformation*. Belmont: Cengage Learning, 2009.

LANGMAN, L. Occupy: A new social movement. *Current Sociology*, v. 61, n.º4, p. 510-524, 2013.

LEITE, J. C. *The World Social Forum: strategies of resistance*. Chicago: Haymarketbooks, 2005.

MASSEY, D. *The political challenge of relational space*. Oxford: Blackwell, 2004.

MASSEY, D. *For space*. London: Sage, 2005.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C.. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MORIN, E. *La complexité humaine*. Paris: Flammarion, 1994.

MORIN, E. *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*. Paris: Seuil, 2000.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: CIDADES REBELDES: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

MILANI, C. R. S.; LANIADO, R. N. *Transnational social movements in a globalizing world: a methodological approach based on the analysis of the world social forum*. Presentation at the workshop “Transnationalisation of Solidarities and Women Movements”, 27-28 Apr. 2006, Département de Sciences Politiques, Université de Montréal.

NEGT, O. *L'Espace public oppositionnel*. Paris: Payot, 2007.

NEGT, O. L'espace public oppositionnel aujourd'hui. *Multitudes*, v. 4, n. 39, p. 190-195, 2009.

PLEYERS, G. Des black blocks aux alter-activistes: pôles et formes d'engagement des jeunes altermondialistes. *Lien social et Politiques – RIAC*, n. 51, p. 130, printemps 2004.

PLEYERS, G. Internacionalização sem institucionalização? A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. *Movimentos Sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 167-188.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

ROGERS, V. Occupy activists at World Social Forum. *Occupy London*, 24 Mar. 2013a. disponível em: <<http://occupylondon.org.uk/occupy-activists-at-world-social-forum/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

ROGERS, V. A report from the World Social Forum. *Clearing the Fog*, 12 Apr. 2013b. Disponível em: <<http://ludovicarogers.wordpress.com/2013/04/12/a-report-from-the-world-social-forum/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

ROLNIK, R. As vozes das ruas. As revoltas de junho e suas interpretações. In: CIDADES REBELDES: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 7-12.

ROUTLEDGE, P. *Terrains of resistance: nonviolent social movements and the contestation of place in India*. Westport: Praeger, 1993.

SANTOS, B. de S. *The World Social Forum: a users manual*. Madison, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm_eng.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français, *Sociologie du travail*, n. 51, p. 97-125, 2009.

SECO, D. My Tunisian experience. *GlobalSquare*, 14 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.global-square.net/my-tunisian-experience/>>. Acesso em 27 jul. 2013.

SEWELL JR., W. H. Space in contentious politics. In: AMINZADE, R. R. et al. (Ed.). *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 51-89.

SITRIN, M. *Horizontalism: voices of popular power in Argentina*. Aokland: AK press, 2006.

SITRIN, M. Horizontalidad and territory in the Occupy Movements. *Tikkun*, v. 27, n. 2, p. 32-63, 2012.

SOJA, E. *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso, 1989.

SOMMIER, I. *Le renouveau des mouvements contestataires à l'heure de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.

TEIVANEN, T. The WSF: Arena or actor?. In: SEN, J. et al. (Org.). *World Social Forum: challenging empires*. New Delhi: The Vivenka Foundation, 2004. p. 122-129.

THOMSON, I. The theory that won't die. From mass society to the decline of social capital. *Sociological Forum*, v. 20, n. 3, p. 421-448, 2005.

TOURAINÉ, A. *La société post-industrielle: naissance d'une société*. Paris: Denoël-Gonthier, 1969.

TOURAINÉ, A. *Un nouveau paradigme: pour comprendre le monde aujourd'hui*. Paris: Fayard, 2005.

VIVAS, E. FSM: adaptarse a los nuevos tempos. In: ANTENTAS, J. et al. *El futuro del Foro Social Mundial: retos y perspectivas después de Nairobi*. Barcelona: Icaria, 2008. p. 83-92.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; SZTUTMAN, R. (Org.). *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.

WHITAKER, C. O FSM como novo método de ação política. In: LOUREIRO, I. et al. (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 237-244.

WHITAKER, C. *Changer le monde. Nouveau mode d'emploi*. Paris: Éd. de l'Atelier, 2006.

WHITAKER, C. New perspectives in the WSF process. *Occupy & WSF*, Jan. 2012. Disponível em: <http://openfsm.net/projects/occupy-and-wsf/occupy-wsf-text-from-chico/#_Toc317059960>. Acesso em: 27 jul. 2013.

WHITAKER, C. *Fórum Social Mundial: espaço ou movimento?: pensando o futuro do Conselho Internacional do FSM em novas perspectivas*. 4 jan. 2013. Disponível em: <<http://chicowhitaker.net/artigo.php?artigo=44>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

Recebido em: 31/08/2013

Aprovado em: 20/12/2013